

Aviso Convite para apresentação de Candidaturas
AVISO Nº ALT20-G2-2016-27

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 6.5 – ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS A MELHORAR O AMBIENTE URBANO, A REVITALIZAR AS CIDADES, RECUPERAR E DESCONTAMINAR ZONAS INDUSTRIAIS ABANDONADAS, INCLUINDO ZONAS DE RECONVERSÃO, A REDUZIR A POLUIÇÃO DO AR E A PROMOVER MEDIDAS DE REDUÇÃO DE RUÍDO

DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS

Aviso Convite para apresentação de Candidaturas

AVISO Nº ALT20-G2-2016-27

Prioridade de Investimento:

6.5 - Adopção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído;

1. Preâmbulo

O domínio ambiental da qualidade do ar resulta da conjugação das políticas do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, num quadro de cooperação e articulação entre a Agência Portuguesa do Ambiente e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Os níveis crescentes de poluição atmosférica resultantes do desenvolvimento socio-económico, nomeadamente em meio urbano, tem vindo a provocar a degradação da qualidade do ar.

Particularmente, esta degradação tem efeitos visíveis ao nível dos ecossistemas, da saúde pública e da qualidade de vida dos cidadãos.

As prioridades definidas na Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020) visam a melhoria “da qualidade do ar, com vista à proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e à preservação dos ecossistemas” assente nos três eixos: “Avaliar”, “Antecipar” e “Atuar”.

Neste contexto, o reforço e modernização da rede urbana de medição de qualidade do ar de âmbito regional, em conjugação com a realização de estudos e ações associados à melhoria da qualidade do ar, permitirão, através do conhecimento dos efeitos da poluição do ar na Região Alentejo, assegurar a efetivação dos programas de medição e as medidas de gestão, de acordo com os requisitos legais, assim como melhorar os sistemas de informação e de divulgação ao público e às instituições relevantes na matéria.

As regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento estipulam que a Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Regional do Alentejo (doravante designado por POR Alentejo) poderá adotar a modalidade de Convite para apresentação de candidaturas em casos excecionais, nos termos do n.º 1, do artigo 16º, do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020.

Neste sentido, nos termos do referido artigo, foi elaborado o presente Aviso Convite para apresentação de uma candidatura, no âmbito da secção 18 – Reabilitação e qualidade do ambiente urbano do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), aprovado pela Portaria nº 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterada pelas Portaria nº 404-A/2015, de 18 de novembro e Portaria nº.328/2016, de 31 agosto e pelas condicionantes previstas na Prioridade de Investimento 6.5 do Eixo 8 do Programa Operacional da Região Alentejo.

2. Objeto, objetivos e prioridades visadas

O presente Aviso Convite tem como objetivo acolher uma candidatura enquadrada na prioridade de investimento 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 8 – Ambiente e Sustentabilidade, estando associado ao objetivo temático 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos do Programa Operacional Regional do Alentejo.

Por sua vez, na secção 18 do RESEUR, relativa à reabilitação e qualidade do ambiente urbano, o artigo 119º estabelece que os apoios têm como objetivo específico a melhoria do ambiente urbano através da revitalização das cidades, em especial nos centros urbanos, por via da reabilitação física do edificado destinado a habitação, comércio, serviços, equipamentos de utilização coletiva e do espaço público envolvente, da qualificação ambiental e urbanística das áreas industriais abandonadas, bem como da redução da poluição do ar e do ruído.

3. Tipologia das operações

3.1 - São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Convite, de acordo com o nº. 2 do artigo 121º do RE SEUR:

- Estudos e ações associados à melhoria da qualidade do ar e à qualidade de vida em meio urbano, nomeadamente a realização de projetos-piloto de redução da poluição do ar, o reforço e modernização da rede urbana de medição de qualidade do ar de âmbito regional, a realização de inventários de emissões regionais com informação relevante para os modelos de qualidade do ar, e posterior integração e disponibilização no sistema nacional de informação (QualAr), a criação de modelos de avaliação da qualidade do ar com resolução espacial a nível regional, urbano e de vias de tráfego.

4. Natureza dos beneficiários

Para os efeitos previstos no presente Aviso Convite constitui entidade beneficiária a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, enquanto “Entidade da Administração Pública Central”, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 122º do RE SEUR.

5. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

5.1 - Nos termos do art.º 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, os beneficiários devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) Estarem legalmente constituídos;
- ii) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- iii) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- iv) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- v) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEL;
- vi) Apresentarem uma situação económico – financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- vii) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

5.3 - Para além dos critérios de elegibilidade previstos nos artigos 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro, são ainda exigíveis, no âmbito do presente AAC, os critérios de elegibilidade dos beneficiários previstos no regulamento específico:

- Prioridade investimento 6.5 (6e) – Regeneração urbana: artigo 6º do RE SEUR;

6. Área geográfica

O presente aviso de concurso tem aplicação na NUT II da Região Alentejo.

7. Critérios de elegibilidade das Operações

7.1 - Aplicam-se ao presente aviso as condições de acesso previstas nos artigos 13º e 14º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, bem como os critérios de elegibilidade das operações definidos na respetiva regulamentação específica:

- Prioridade investimento 6.5 (6e) – Regeneração urbana: artigo 5º do RE SEUR;

7.2 - Constituem ainda como critérios de elegibilidade das operações:

- a) Sejam objeto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados, e que incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação e os progressos realizados;
 - b) Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação;
 - c) Possuírem a totalidade dos documentos constantes do Anexo II;
 - d) Demonstrar grau de maturidade mínimo, dos investimentos a candidatar, tendo por referência a componente principal do investimento:
 - i. No caso de infraestruturas, comprovado pela apresentação do projeto técnico de execução (arquitetura e especialidades) aprovados, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento concursal assim que a candidatura for aprovada, nos termos do Código dos Contratos Públicos;
 - ii. Nos restantes casos, comprovado pela apresentação de evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento;
 - e) Após aprovação da candidatura, o beneficiário terá 30 dias para demonstrar o início de abertura do procedimento de contratação pública, através da apresentação da decisão do órgão competente, acompanhada da respetiva informação técnica, sob pena da candidatura ser considerada desistida;
- 7.3** As operações não podem ser selecionadas, para apoio dos FEEI, quando tenham sido materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação do pedido de financiamento ao abrigo do programa, pelo beneficiário, à autoridade de gestão, independentemente de todos os pagamentos correspondentes terem sido efetuados pelo beneficiário (artigo 65º do Regulamento (UE) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro);

8. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Aplicam-se ao presente aviso as regras e limites de elegibilidade das despesas resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação que respeitem a regulamentação comunitária aplicável, artigo 15º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 outubro, bem como as definidas na respetiva regulamentação específica:

- Prioridade investimento 6.5 (6e) – Regeneração urbana: artigos 7º e 124º do RE SEUR;

Devem ainda observar o seguinte:

- a) No presente AAC são elegíveis a cofinanciamento as despesas incorridas pelos beneficiários desde 01/01/2014, conferidas pelas datas das respetivas faturas ou dos documentos de valor probatório equivalente;
- b) Para além da avaliação que, em cada caso, a autoridade e Gestão venha a efetuar sobre o correto enquadramento das despesas elegíveis nas diversas componentes das operações, na apreciação dessas despesas será ainda considerada a análise da oportunidade, razoabilidade e adequação dos custos envolvidos em relação aos resultados esperados;

9. Critérios de seleção de candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito absoluto, definido com base em critérios de seleção, de acordo com o artigo 17º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 outubro e com o artigo 9º. do RE SEUR, para as intervenções no âmbito da prioridade de investimento 6.5 (6e).

O indicador absoluto de Mérito da Operação (MO) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção, previamente aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO Alentejo.

Conjuntamente com o presente AAC é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito da Operação (Anexo III).

O MO é calculado com base nas seguintes fórmulas associadas a cada uma das tipologias:

PI	Tipologia de Operações	Avaliação Mérito da Operação
6.5	Estudos e apoios à aquisição de equipa/os associados à melhoria da qualidade do ar e à redução do ruído e à qualidade de vida em meio urbano, concretamente Tipologias 6.5.4	$0,25 A1 + 0,25 A2 + 0,30 B + 0,20 C$

Cada critério de seleção é classificado numa escala de 1 a 5 pontos, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 3 uma valoração média e 2 uma valoração reduzida, sendo o resultado do MO arredondado à centésima. Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1, correspondente a uma valoração muito reduzida.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis as candidaturas que obtenham uma pontuação de mérito absoluto igual ou superior a 3.

10. Taxa de financiamento das despesas elegíveis

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 8º do Regulamento Específico “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos”, salvo se outra resultar da aplicação das normas em vigor em matéria de auxílios de Estado e/ou de operações geradoras de receitas.

11. Forma de apoio

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso assumem a forma não reembolsável.

12. Duração das operações

O prazo máximo de conclusão/execução das operações é de 2 anos (24 meses) a contar da assinatura do Termo de Aceitação.

13. Apresentação das candidaturas

a) A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (www.portugal2020.pt/Balcao2020), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº159/2014, de 27 outubro e nos termos e condições fixadas no presente AAC.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao AAC a que pretende concorrer. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020;

b) A candidatura deverá ser instruída com a documentação obrigatória constante do Anexo II a este aviso, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade/ admissibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais;

d) Ao abrigo deste AAC, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente Aviso e as 17:59:59 horas do dia 31 de outubro de 2016.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

A candidatura será analisada e selecionada de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente AAC (Anexo III)

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas apresentadas é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo até 60 dias úteis após a sua submissão.

A data limite para a decisão ser proferida pela autoridade de gestão e notificada ao beneficiário observa o disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro e aplica-se a cada uma das fases atrás referidas.

O prazo máximo para a decisão das candidaturas ser proferida de 60 dias úteis, não contempla a eventual suspensão de prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez, e a resposta no âmbito do processo de audiência prévia de interessados.

O candidato é ouvido no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

A proposta de decisão da candidatura, relativamente à qual tenham sido apresentadas alegações em contrário, será reapreciada sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

A decisão é notificada pela Autoridade de Gestão ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

15. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato, nos termos do do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro. De acordo com este artigo, a aceitação do apoio poderá ser submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11º do referido Decreto-Lei.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da sua notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela Autoridade de Gestão.

16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação indicativa do Fundo FEDER afeta a cada prioridade de investimento, no âmbito do presente aviso de concurso é a seguinte:

Unid: mil €

	PI 6.5	Total
POR Alentejo	200,00	200,00

17. Identificação dos indicadores de resultados e de realização a alcançar

A candidatura a financiar deverá contribuir para os seguintes indicadores de realização previsto no PO Alentejo:

Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade

- **Prioridade de Investimento 6.5**

Indicador de realização	Meta 2023
Nº. de estações da rede de medição da Qualidade do Ar de âmbito regional reforçadas e/ou modernizadas	6

Estes indicadores serão objeto de contratualização e monitorização para a candidatura a apoiar no âmbito deste aviso convite.

18. Documentação de referência

Legislação:

- Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro
- Portaria nº. 57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pelas Portaria nº. 404-A/2015, de 18 novembro e Portaria nº.328/2016, de 31 de agosto
- Regulamento (EU) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 dezembro.

19. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), têm acesso:

- As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- Aviso de Concurso e documentação anexa;
- Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso, através do menu **“Contacte-nos”**;
- A ponto de contacto para obter informações adicionais (www.alentejo.portugal2020.pt)



25 de outubro 2016

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020

(em regime de substituição)

Anexos ao presente Aviso de Concurso:

Anexo I – Listagem documentação a submeter;

Anexo II – Referencial de Análise de Mérito da Operação;

- Anexo II.a) prioridade de investimento 6.5

Anexo I – Documentação obrigatória para instrução da candidatura

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:

- a. Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no aviso de concurso.
- b. Descrição detalhada da candidatura, dos seus objetivos e da necessidade e oportunidade da realização da operação.
- c. Calendário de realização física e financeira.
- d. Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
- e. Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
- f. Justificação detalhada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
- g. Grau de maturidade das componentes de investimento.
- h. Sustentabilidade da candidatura após realização do investimento.
- i. Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, de acordo com a alínea l) do artigo 5º do RE SEUR.

2. Projeto de execução (peças escritas e desenhadas) de cada uma das empreitadas, devidamente aprovado, se aplicável;

3. Pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) pelas entidades competentes no âmbito de:

- a. Instrumentos de Gestão Territorial e restrições de utilidade pública.
- b. Domínio Hídrico.
- c. Avaliação de Impacte Ambiental.
- d. Pareceres setoriais (exemplo: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Direção-Geral da Saúde, Agência Portuguesa do Ambiente, etc).
- e. Outra documentação específica decorrente do aviso.

4. Documento de formalização da parceria ou protocolo (quando aplicável).

5. Documentação comprovativa da propriedade ou legitimidade para intervenção nos terrenos ou edifícios necessários à concretização da candidatura (incluindo planta com a identificação das respetivas parcelas).
6. Modelo de gestão das infraestruturas previstas na candidatura, onde seja evidenciada a tipologia de exploração dos espaços e/ou equipamentos (concessão, arrendamento, venda, etc.), como e quem será responsável pela manutenção e conservação do espaços e/ou equipamentos, bem como, a indicação/justificação dos custos e receitas associados.
7. Comprovativo do enquadramento do beneficiário em termos de IVA.
8. Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente aviso.
9. Comprovativo da inscrição em Plano e Orçamento aprovado e devidamente assinado da totalidade dos investimentos propostos.
10. Declarações de compromisso do órgão competente da entidade, em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro e do RE SEUR.
11. Nos sete anos precedentes, o custo do imóvel não ter sido objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.



Anexo II – Referencial de Análise de Mérito